

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PEDRO LUCAS DE SOUSA

**RACISMO E HOMOFOBIA: OS POSSÍVEIS IMPACTOS DA
INTERSECCIONALIDADE DE SISTEMAS DE OPRESSÃO À SAÚDE MENTAL DE
HOMENS NEGROS GAYS NO BRASIL**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2024

PEDRO LUCAS DE SOUSA

**RACISMO E HOMOFOBIA: OS POSSÍVEIS IMPACTOS DA
INTERSECCIONALIDADE DE SISTEMAS DE OPRESSÃO À SAÚDE MENTAL DE
HOMENS NEGROS GAYS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador(a): Profa. Me. Moema Alves Macedo

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2024

PEDRO LUCAS DE SOUSA

**RACISMO E HOMOFOBIA: OS POSSÍVEIS IMPACTOS DA
INTERSECCIONALIDADE DE SISTEMAS DE OPRESSÃO À SAÚDE MENTAL DE
HOMENS NEGROS GAYS NO BRASIL**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 05/12/2024

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Me. MOEMA ALVES MACEDO

Membro: Prof. Dr. FRANCISCO FRANCINETE LEITE JUNIOR

Membro: Esp. FRANCYELLY DA SILVA FÉLIX

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2024

RACISMO E HOMOFOBIA: OS POSSÍVEIS IMPACTOS DA INTERSECCIONALIDADE DE SISTEMAS DE OPRESSÃO À SAÚDE MENTAL DE HOMENS NEGROS GAYS NO BRASIL

Pedro Lucas de Sousa¹
Moema Alves Macedo²

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade refletir acerca da interseccionalidade entre o racismo e a homofobia, bem como identificar e descrever os possíveis impactos dessa interação à saúde mental de homens negros gays no Brasil, pontuando outros efeitos desse cruzamento. Em uma sociedade patriarcal, racista e falocêntrica, esses indivíduos enfrentam diversas formas de opressão que afetam as suas subjetividades e performances de masculinidade. Esta é uma pesquisa, de caráter bibliográfico, que buscou responder à questão: "Como a interseccionalidade entre racismo e homofobia pode impactar a saúde mental de homens negros gays no Brasil?". Além de tentar preencher lacunas na literatura psicológica acerca da temática, a pesquisa buscou contribuir para uma prática profissional inclusiva, que considere as interseções entre raças, gênero e sexualidade. A análise destaca que o racismo e a homofobia não apenas coexistem, mas muitas vezes se reforçam, contribuindo para a marginalização e a opressão de corpos que possuem esses marcadores.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Sistemas de opressão. Homens negros gays. Saúde mental. Psicologia

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: pedrolucaspsic@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: moema@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Neste presente trabalho, buscou-se discutir a compreensão de possíveis impactos da interseccionalidade entre racismo e homofobia na saúde mental de homens negros gays na sociedade brasileira. No sistema atual, que é patriarcal, racista e falocêntrico, foram estabelecidos padrões baseados na interação desses sistemas de opressão, que negam tudo aquilo que se desvia da norma. Lucas Veiga (2018) pontua que a vista dessas experiências, estabelecer determinados modos de ser a partir da negação de outros é um processo de violência (Veiga, 2018). A importância do estudo sobre masculinidades que desafiam o binarismo de gênero, com ênfase nas diferentes formas como a masculinidade é socialmente descrita e as diferenças de poder entre as diversas performances masculinas e versões da masculinidade, é destacada por Thürler e Medrado (2020).

Hegemonicamente a construção social de ser homem na sociedade brasileira é atravessada por um conjunto de regras difundidas e sustentadas pelo patriarcalismo. Essas intersecções representam uma diáspora para quem historicamente foi relegado como estando fora dessas normas (Veiga, 2018). Nas vivências de homens negros gays o quesito raça/cor e sexualidade/gênero integram eixos de opressão. Assim, percebe-se que as existências de negros homossexuais no Brasil não respondem às características consideradas ainda socialmente hegemônicas quando referente ao quesito masculinidade (Gomes, 2022).

A partir da revisão bibliográfica, essa pesquisa tem como principal finalidade responder a pergunta-problema “Como a interseccionalidade entre racismo e homofobia pode impactar a saúde mental de homens negros gays no Brasil?”. Vale ressaltar que refletir acerca da vivência desse recorte da população em um país marcado historicamente pela opressão e marginalização de corpos implica contrapor ideais instaurados pelo racismo e pela masculinidade entendida como hegemônica, que pressupõe um conjunto de características que sinalizam um modelo ideal de masculinidades que são atribuídas pela simples condição biológica de pertencimento ao sexo masculino (Gomes, 2022).

A interseccionalidade entre esses sistemas de opressão exerce sobre as subjetividades que fogem do padrão branco-hetéro um efeito colonizador e extrativista (Veiga, 2018). Certamente, essa pesquisa constitui importante papel para o campo acadêmico pois ampara-se na necessidade de preencher lacunas na literatura psicológica, que muitas vezes aborda o racismo e a homofobia separadamente, negligenciando as interações complexas entre esses sistemas de opressão. A contribuição social desta pesquisa corrobora no entendimento de que racismo e homofobia estão muitas vezes entrelaçados e se reforçam mutuamente. Entender

essa intersecção contribui com a construção social de novas dinâmicas que não perpetuem a marginalização e opressão da vivência de homossexuais negros. A partir de uma vivência particular de letramento decolonizador e matricial, entendendo o impacto à saúde mental advindos da intersecção desses sistemas de opressão e tendo como ponto de partida as vivências de aquilombamento enquanto membro da Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) - Núcleo Ceará (ANPSINEP-CE) que permitiu uma amplitude das discussões sobre raça e racismo.

A escolha desse tema está ligada às vivências interseccionais e reflexões acerca da desigualdade e discriminação na sociedade. Enquanto estudante de psicologia e entendendo os impactos psicossociais das múltiplas formas de opressão e suas interseções, a pesquisa se apresenta visando contribuir para uma prática profissional mais inclusiva, que considere os fatores sociais de raça, gênero e sexualidade, bem como as performances de masculinidades no processo psicoterapêutico de indivíduos que apresentam esses marcadores. Pessoalmente, esse trabalho afigura-se como contribuição para a promoção de uma sociedade mais justa, onde as múltiplas identidades sejam respeitadas, contribuindo também para a visibilidade das questões que afetam as pessoas que vivem essas realidades e ampliando o debate sobre a importância de abordagens interseccionais no combate às desigualdades estruturais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

A presente pesquisa teve delineamento descritivo e fez uso de métodos qualitativos. Utilizou-se a revisão narrativa de literatura, aprofundando a compreensão, a partir dos possíveis impactos da interseccionalidade entre racismo e homofobia na saúde mental de homens negros gays na sociedade brasileira. Dessa forma, a pesquisa descritiva refere-se a um tipo de investigação que tem como objetivo primário descrever características de uma determinada população ou fenômeno. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador não busca estabelecer relações de causa e efeito, mas sim descrever de forma precisa e detalhada as características, comportamentos ou opiniões presentes em uma determinada situação ou contexto (Pereira *et al.*, 2018).

Gil (2017) aborda a revisão de literatura narrativa como uma forma de revisão que se caracteriza por sua abordagem descritiva e interpretativa. Segundo Gil (2017), essa revisão não segue um protocolo sistemático rigoroso, mas sim busca apresentar uma visão geral e

crítica sobre o estado atual da pesquisa em determinado campo. Em consonância com Neves (1996), a pesquisa qualitativa tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos.

O levantamento bibliográfico utilizou-se de capítulos de livros, artigos científicos, publicados em português – predominantemente nos últimos 10 anos –, por meio das plataformas online Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO), sendo realizada uma revisão de estudos existentes com o objetivo de criar sentidos sobre a temática. Foram utilizados fichamentos dos textos selecionados, com o objetivo de sintetizar e organizar as principais ideias e dados relevantes, conforme os objetivos específicos desta pesquisa. Diante disso, foram selecionadas obras voltadas à temática da pesquisa, com as seguintes palavras-chaves: “interseccionalidade”, “sistemas de opressão”, “homens negros gays”, “saúde mental” e “psicologia”.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 Interseccionalidade: racismo e homofobia

O termo interseccionalidade foi proposto a princípio por Kimberlé Crenshaw em 1989 para caracterizar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe. Pesquisadoras como Elsa Dorlin (2012) e Patricia Hill-Collins (1990) apontam que a origem do termo se refere ao movimento *Black Feminism*, que no final dos anos 1970 tinha sua crítica central voltada de maneira radical ao feminismo branco, heteronormativo e de classe média (Hirata, 2014).

No livro “Interseccionalidade”, Collins e Bilge (2016) reconhecem a heterogeneidade do termo, sugerindo a ampliação do conceito para incluir assuntos voltados para além do que já havia sido proposto por Crenshaw, como questões de nacionalidade, sexualidade, idade e habilidades.

A interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta de análise que pode observar mais de um sistema de opressão. A partir desses aspectos os processos discriminatórios não são entendidos isoladamente nem se propõem a uma adição de discriminação, mas sim a compreensão da complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios de marginalização que permite o conhecimento das condições específicas

que delas decorrem (Kyrillos, 2020). Assim, agora será discorrido sobre homofobia, depois sobre racismo, para serem pensadas as interseccionalidades entre esses marcadores para o homem negro gay.

Borrillo (2015) define a homofobia como sendo atitudes hostis para com homossexuais, mas embora seu cerne seja a rejeição ou até mesmo o ódio em relação a gays ou lésbicas, a homofobia não deve ser resumida a isso.

Pautada sob a ótica heteronormativa, e no binarismo instituído ao processo de nascer, a lógica homofóbica considera inaceitável a performance de indivíduos cuja expressão afetivo-sexual não corresponda às normas estabelecidas, sendo esses indivíduos reduzidos a inferioridade (Antunes, 2017). O autor ainda sugere que a homofobia se tornou internalizada ao longo do processo de socialização, mas que os indivíduos da comunidade LGBTQIAP+ sofrem consequências perceptíveis com a propagação desses sistemas de opressão.

No livro “Homossexualidade: da Opressão à Libertação”, Okita (2015), aponta que até o ano de 1990 a homossexualidade foi considerada uma doença mental pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Cinco anos antes dessa despatologização por parte da OMS, o Conselho Federal de Psicologia deixou de considerar a homossexualidade como desvio sexual e tomou como regra, a partir de 1999, não haver cura para a orientação sexual das pessoas, passando a não tratar a sexualidade como como doença, distúrbio ou perversão (Costa; Oliveira; Alencar e Gomes, 2017). Contudo, somente em 2019 o Supremo Tribunal Federal (STF), criminalizou a prática da homofobia como imprescritível e inafiançável, aplicando os crimes de homofobia e transfobia à Lei 7.716, referente a práticas do Racismo (Brasil, 1989).

Moura (2017) pontua que a ideologia racista parte da ideia da existência de uma raça inferiorizada em detrimento de outra. Frantz Fanon, em seu livro “Pele Negra, Máscaras Brancas” (2008, p. 97) sugere que essa inferiorização seria o “correlato nativo da superiorização europeia”, sendo essas, por tanto, construções socioculturais advindas do processo de colonização.

Para Sueli Carneiro (2023, p. 20) o racismo busca legitimar a produção de privilégios simbólicos e materiais para a supremacia branca que o concebeu. Esses privilégios são determinantes da permanência e da reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e exclusão social.

Para Pereira, Galoni e Ribas (2023), o racismo estrutura-se como um problema social, histórico e político, a partir do qual mecanismos estruturais e padrões de normalidade são instaurados e propagados para que haja a manutenção de poder de um determinado grupo racial em detrimento de outro. Nesse sentido, Cida Bento (2022) questiona no livro “O pacto

da branquitude”, o fato de haver visibilidade quanto a herança da escravidão e dos seus impactos negativos para as pessoas negras, mas de não haver debates acerca da herança escravocrata e dos seus impactos positivos para as populações brancas. Sendo o racismo, portanto, visto como uma forma de racionalidade, normalização, compreensão e manutenção das relações de opressão social (Pereira; Galoni; Ribas, 2023).

Costa (2023) afirma que o racismo e a homofobia se unem para doutrinar corpos pretos e justificar contra eles as mais variadas formas de exclusão e violência, sejam essas advindas do Estado ou de pessoas físicas.

Essa fragmentação dos grupos de movimento negro e LGBTs dada pelas características dos sujeitos é cômoda a classe dominante, pois separando os sujeitos em pequenos grupos, fragmenta-se a luta pelos direitos das minorias, não permitindo que se veja essa luta como algo mais amplo (Jara, 2017, p. 24).

Os movimentos LGBTs ainda estão amparados pela supremacia branca e pelo racismo dela derivado, de tal forma que pessoas negras LGBTs mesmo nos espaços onde teoricamente encontrariam acolhimento de outras pessoas que fogem do padrão cis-hetero-normativo, experimentam a recusa de membros brancos dessa população, que não reconhecem seus privilégios e não contribuem para uma luta LGBT que seja interseccional (Veiga, 2018). Lutar pelo fim da LGBTfobia e não atrelar essa luta ao fim da desigualdade racial é uma maneira dos movimentos LGBTs reforçarem na população negra gay o sentimento de não-lugar (Veiga, 2018).

2.2.2 Zona do não-ser: a marginalização do homem negro gay vista a hegemonia da masculinidade branca e heteronormativa

O termo masculinidade hegemônica, refere-se a um modelo normativo que se impõe em diversas culturas, estabelecendo um caminho "mais honrado e legítimo de ser homem", de acordo com Connell e Messerschmidt (2005 *apud* Sousa, 2022, p. 4). Esse modelo promove características como autoridade, racionalidade, coragem, independência e desapego emocional, e reforça a subordinação das mulheres. Segundo Sousa (2022), Connell e Messerschmidt (2005) a masculinidade hegemônica exclui qualquer variação comportamental dos homens que não se alinhem com seus preceitos.

Kimmel (1997) pontua que o estudo da diversidade do conceito de masculinidade deve levar em consideração o recorte de tempo e espaço histórico, pois ela assume características singulares de uma sociedade para outra, além de se diferenciar em uma mesma sociedade em diferentes momentos históricos. Medrado e Lyra (2008, p. 4) afirmam que os estudos sobre masculinidades só ganharam força por volta do final da década de 1980, e que a construção desse debate se refere às múltiplas maneiras pelas quais a masculinidade é definida.

Nesse sentido, Medrado, Lyra e Azevedo (2011), apontam que não existe apenas uma masculinidade, e que essa também não é lida apenas a partir de uma visão binária que indica a existência de uma masculinidade hegemônica e uma subordinada, sugerindo que o termo deve ser visto de forma pluralista, sendo baseado nas posições de poder social ocupadas pelos homens e construídas simultaneamente na relação de homens com mulheres e de homens com outros homens (Kimmel, 1998). Assim, cada indivíduo desenvolve sua masculinidade em relação a outras masculinidades e de maneira singular, o que indica que a masculinidade é um conceito diverso e relacional. Sobre homens e masculinidades, os autores comentam:

“Investigar sobre masculinidades significa não apenas apreender e analisar os signos e significados culturais disponíveis sobre o masculino, mas também discutir preconceitos e estereótipos e repensar a possibilidade de construir outras versões e sentidos. Situa-se, portanto, nos usos e efeitos que orientam os jogos de discursos e práticas, ou mais precisamente práticas discursivas, que tendem a transformar diversidade em desigualdade” (Medrado; Lyra; Azevedo, 2011, p. 48).

A violência contra a população LGBT, portanto, parte da ideia hegemônica de masculinidade valorizada e considerada ideal na sociedade. bell hooks (2019) afirma que essas experiências são vivenciadas a partir das estruturas de poder instauradas na sociedade, enviesada na visão de uma classe média-alta, de homens brancos e heterossexuais. Nesse aspecto, o homem para ser validado como figura masculina deve provar sua masculinidade, tendo como ponto de partida a rejeição e a negação de qualquer atributo considerado minimamente feminino, mantendo suas atitudes longe desse espectro, marginalizando a homossexualidade e represando a afetividade (Souza, 2018). Ou seja, a hegemonia da masculinidade seria um modelo considerado ideal a ser seguido, que quando não alcançado exerce um poder controlador sobre as outras masculinidades entendidas como subordinadas e sobre as experiências de outras sexualidades e performances de gênero dissidentes (Forte, 2020). Como consequência direta disso, homens negros gays são subjulgados tanto por

homens cisgêneros e heterossexuais negros ou brancos, como por homens homossexuais brancos, por não seguirem o padrão de virilidade que lhes é exigido (Costa, 2023).

Na vivência de homens gays negros, portanto, as características da masculinidade hegemônica são reforçadas de forma ainda mais ríspida. Tradicionalmente, esses corpos são atrelados a condutas violentas e animais ou hipersexualizados, e quase não há espaço para debates acerca da praxe de ser um homem negro na sociedade patriarcal e racista, onde esses indivíduos vivem a dualidade de experienciarem os benefícios do patriarcalismo, ao mesmo tempo que, são vítimas deste sistema (Patrício, 2023). Quanto à experiência de homens negros na sociedade, Frantz Fanon sugere o conceito de zona de não-ser, explicando que o homem negro não é um homem, é muitas vezes um objeto no meio de vários outros (Patrício, 2023); logo, ele sofre a opressão das hierarquias sociais, é coagido pelo sistema de identidade de gênero e está à disposição das narrativas militarizadas, das forças do mercado e da estigmatização (Pinho, 2004).

A partir da reflexão dessas vivências, Veiga (2018) apresentou o artigo intitulado “Diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil”, tendo como ponto de partida o seu trabalho clínico realizado com homossexuais negros, onde aponta que as “bixas pretas” experimentam duplamente a sensação de diáspora, apontando as experiências daqueles que vivem a negritude e a homossexualidade como marcas, que em uma sociedade supremacista branca e cisheteronormativa são lidas como inferiores; nesse sentido, quanto mais marcas fora do padrão a pessoa apresenta, mais violência ela sofre, e o próprio padrão é quem perpetua essas violências.

Entendendo as múltiplas performances de masculinidade e o efeito dominador e violento que a masculinidade hegemônica exerce sobre as outras, bem como o caráter segregacionista do racismo, será discorrido acerca dos possíveis impactos da intersecção desses sistemas de opressão na vivência de homens negros gays.

2.2.3 Impactos da intersecção entre racismo e homofobia nas vivências de homens negros gays

No Brasil, homens negros estão mais suscetíveis a doenças crônicas, e são os que mais morrem, seja por ocorrência de doenças ou por homicídios (Silva; Souza, 2023). A intersecção entre raça e sexualidade expõe esses corpos a uma série de outras violências. É comum o homem negro ser representado socialmente como um corpo violento, instintivo,

hipersexualizado e excluído de pensar sua intimidade, afetividade e sexualidade (Silva e Souza, 2023).

A cartilha Óbitos por suicídios entre adolescentes e jovens negros (Brasil, 2019) indica esta causa como a quarta principal entre negros de 15 a 29 anos. O documento ainda aponta que este é um problema de saúde pública e está presente ao longo da história da humanidade, sendo possível estar associado a fatores socioeconômicos, culturais, psicológicos, morais, ambientais, entre outros. Navasconi (2018) fala que este fenômeno não é individual e de exclusividade daquele que escolhe se suicidar, mas sim, se configura como um fator preocupante tanto pelas consequências àquele que o comete, quanto para toda uma sociedade, atingindo esferas psicológicas, sociais e econômicas. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) mapeia a ocorrência de aproximadamente 4.500 mortes de homens negros por suicídio no ano em questão, correspondendo a 75% dos suicídios masculinos do país. Frequentemente, homens negros vivenciam microagressões em diversos âmbitos da vida, e esse aspecto contribui para a culminação constante de depressão e em alguns casos, ao suicídio (Ruffino, 2024).

Segundo Rizzo (2021) jovens negros têm 45% mais chances de desenvolver depressão se comparados a jovens brancos. Entre os homossexuais, as chances de suicídio são cinco vezes maiores do que os heterossexuais. Cruz (2021) afirma que as pessoas negras são 57% das vítimas de autolesão entre a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, *Queers*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais (LGBTQIAP+). Entende-se, portanto, que a intersecção entre racismo e a homofobia, é responsável por impactos diretos à saúde mental dessa população pois afeta a autoestima desses, produzindo sentimentos de inadequação e inferioridade.

Outros impactos na vivência de homens negros gays apontados por Carvalho, Guimarães e Teixeira (2022) estão relacionadas às trajetórias laborais; os autores afirmam que apesar desses corpos pertencerem a uma categoria dotada de privilégios sociais, por serem homens, ainda encontram-se subalternizados em relação a outras performances de masculinidades. Quanto aos aspectos laborais, Carvalho (2022) sugere que homens negros gays podem enfrentar dificuldades em conseguir empregos e este fato se justifica pela discriminação gerada através da interseccionalidade das suas performances de raça, gênero e sexualidade, e que estes corpos representam maioria no que tange os índices de desemprego. A partir disso, Menezes, Oliveira e Nascimento (2018) pontuam que esses elementos são importantes para entender como o sistema capitalista se apropria de padrões e normas

socialmente instaurados para selecionar, excluir e desrespeitar aqueles que se apresentam fora dessas normas.

Dadas essas estatísticas, será pontuado a seguir a atuação das políticas públicas no Brasil, que abarque o espectro das sexualidades e que considerem em suas práticas os impactos causados pelos marcadores de gênero e raça.

2.2.4 Homens negros gays e políticas públicas de saúde no Brasil

Oliveira (2004), aponta que a cultura machista tem utilizado amplamente estatísticas referentes ao uso de álcool e outras drogas, expectativa de vida, incidência de doenças, entre outras, para construção da visão do homem como vítima. Essa é uma construção social que segundo o autor, desvia o foco de aspectos estruturais e culturais que permeiam a masculinidade. O uso desses dados com esse viés, ignora a responsabilidade que o machismo tem na subordinação de performances de masculinidades dissidentes dos padrões socialmente construídos e instaurados.

Para Medrado, Lyra e Azevedo (2011), o uso retórico desses dados acabou contribuindo para a construção de um sujeito com necessidades específicas no campo das políticas públicas; explicando assim que para além do homem que é responsável pelo adoecimento de mulheres e ocupa espaços de poder nas estruturas sociais que organizam as políticas de saúde, cria-se a imagem de um homem que necessita de atenção no que tange à essas políticas.

No Brasil, a implementação de políticas públicas direcionadas à saúde da população negra tem surtido efeitos insuficientes e isso contribui para a manutenção da hierarquia racial proposta pela supremacia branca, advinda do colonialismo (Tavares; Filho; Santana, 2020). A política nacional de saúde integral da população negra - PNSIPN (Brasil, 2007) orienta a utilização de estratégias de atuação para o atendimento da população negra nos espaços do serviço único de saúde (SUS), através da compreensão das vulnerabilidades específicas dessa população e do reconhecimento do racismo como determinante social em saúde. Em relação à saúde mental, as políticas públicas direcionadas à essa população têm se fundamentado na patologização, medicalização, encarceramento e morte - e nem mesmo a reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial, elaboraram tecnologias de cuidado racializadas e emancipadoras (Tavares; Filho; Santana, 2020).

Quanto a implementação de políticas que abarque o espectro das sexualidades no Brasil, isso apenas ocorreu em 2012, com a elaboração da Política Nacional de Saúde Integral

de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, abrindo espaço para o reconhecimento das demandas dessa população no âmbito da saúde pública (Filipiack; Gaspodini, 2019). Contudo, devido ao caráter conservador, supremacista branco, machista e heteronormativo do país, os indivíduos que experienciam performances distintas do que é estabelecido como padrão são alvos constantes de preconceitos, violência e discriminação (Prado; Sousa, 2017).

Esses sistemas de opressão ocorrem inclusive, em serviços públicos de saúde, onde estudos recentes mostram o despreparo das equipes para trabalhar no atendimento dessas especificidades, que resulta em uma não procura desses serviços por parte dessas populações com a expectativa de serem discriminados, sendo essa o resultado da soma de experiências frustradas ao longo de buscas anteriores à esses atendimentos (Filipiack; Gaspodini, 2019). É nesse sentido que governos determinam quem pode viver e quem deve morrer, agindo conforme a necropolítica (Bento, 2022). Esses arranjos expõem os homossexuais a uma vulnerabilidade psicológica e social que também se apresenta na memória e no corpo, modulando os comportamentos destes em resposta às adversidades do mundo externo (Clemente, 2019).

É urgente que as diferentes esferas de governo pactuem uma política de saúde mental racializada e descentralizada, que considere as necessidades da população negra LGBT atendida pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Isso é essencial, pois enquanto nossa sociedade continuar organizada com base em sistemas de opressão como racismo, classismo e patriarcalismo, a saúde de grande parte da população estará em risco (Tavares; Filho; Santana, 2020).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal analisar, a partir de uma revisão bibliográfica, os possíveis impactos da interseccionalidade entre racismo e homofobia na saúde mental de homens negros gays na sociedade brasileira, destacando que a sensação de não pertencimento advindos da interação desses sistemas de opressão estão presentes tanto na construção da identidade desses indivíduos, como na sobrevivência, na socialização, e em outros fatores. Observa-se uma exigência em relação a esses corpos terem que se encaixar nos padrões hegemônicos instaurados socialmente como performances ideais a serem seguidas. No entanto, vale ressaltar que existem outras formas de performar a masculinidade, logo, esta não deve ser lida por uma ótica dualista mas sim, pensada por uma perspectiva plural.

Para compreender esses impactos, foi apresentado que a ideologia da masculinidade hegemônica naturalizou e instaurou padrões de discursos relacionados às formas de viver e performar a masculinidade que devem ser seguidas, o que resulta em uma crescente culpabilização dos indivíduos que fogem desses padrões. Além disso, esses fatores contribuem para o adoecimento mental desses indivíduos, impactando diretamente na autoestima, provocando o sentimento de não pertencimento e contribuindo para o desenvolvimento de transtornos mentais.

A pesquisa também explorou as diversas políticas públicas de saúde no Brasil e como elas têm contribuído para a diminuição para a análise interseccional no atendimento de homens negros gays no país. Contudo, os números de homens negros gays que não buscam os serviços de saúde ainda são preocupantes, e esse fato se justifica por discriminações sofridas por estes corpos em buscas anteriores a esses atendimentos. Dentro dessa perspectiva, é necessário que haja uma maior atenção à saúde mental de homens negros gays, bem como uma orientação efetiva de como atender estes indivíduos nos espaços públicos de saúde, tendo com base para isso, a interseccionalidade das marcas existentes nas vivências desses corpos, e as desigualdades sociais geradas pelas estruturas de poder que regularmentam, modificam e instauram regras que excluem e relegam as margens corpos que distoam desses padrões.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, P. P. S. Homens homossexuais, envelhecimento e homofobia internalizada. **Revista Kairós - Gerontologia**, v. 20, n. 1, p. 311-335, 2017.

BENTO, M. A. S. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BORRILLO, D. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Org.). **Homofobia e educação**. São Paulo: LetrasLivres, 2009.

BRASIL. **Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 jan. 1989.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Zahar, 2023.

CARVALHO, A. G. S.; GUIMARAES, L. V. M.; TEIXEIRA, J. C. "Além de Preto, é Viado?" – Histórias de vida de homens negros gays empregados na mineração. In: **Encontro anual da ANPAD**, XLVI, On-line. Anais... São Paulo: ANPAD, 2022.

CARVALHO, A. G. S. "**Além de preto, é viado?**": **Interseccionalidade e processos decisórios na trajetória profissional de homens negros gays de Mariana**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

CLEMENTE, A. Diálogos entre saúde mental e homossexualidade: notas sobre produção de subjetividade, sofrimento e opressão. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, vol. 2, n. 1, 2019.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA, F. J. R.; OLIVEIRA, L. V.; ALENCAR, R. C.; GOMES, W. S. O ensino das artes visuais: da comunidade LGBTT aos artistas visuais militantes, contribuições contemporâneas para o combate à homofobia na educação. URCA: **GPEACC/CNPq**, 2017.

COSTA, G. M. **Bixa preta: considerações sobre negritude e homossexualidade**. In: Anais do 9º Encontro Internacional de Política Social e 16º Encontro Nacional de Política Social: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises, 2023.

CRUZ, A. S. G. **Pessoas negras são 57% das vítimas de autolesão entre LGBTs+**. Gênero & Número, 16 set. 2021. Disponível em: https://www.generonumero.media/reportagens/saude-mental_lgbt/. Acesso em: 16 nov. 2024.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FILIPIACK, I. C.; GASPODINI, I. B.. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: revisão de literatura. **Perspectivas em Psicologia**, vol. 23, n. 2, p. 40-56, 2019.

FORTE, I. C. As construções sócio culturais das masculinidades e seus impactos nas relações sociais de gênero. **Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia)**, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública [livro eletrônico]**. São Paulo: FBSP, 2023.

GOMES, R. C. "Subúrbios existenciais": percepções de saúde mental de homens negros gays. **Dissertação de mestrado**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HOOKS, B. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução Rainer Patriota. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JARA, M. da S. **Exclusão social de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros negros (as)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2017.

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

KIMMEL, M. S. Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (Ed.). **Masculinidad/es: poder y crisis**. Santiago: Ediciones de las mujeres, 1997. p. 49-62.

KYRILLOS, G. M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, 2020.

MEDRADO, B.; LYRA, J.; AZEVEDO, M. 'Eu Não Sou Só Próstata, Eu Sou um Homem!': Por uma política pública de saúde transformadora da ordem de gênero. In: GOMES, R. (Org.). **Saúde do homem em debate**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 424, set.-dez. 2008.

MENEZES, M. S.; OLIVEIRA, A. C.; NASCIMENTO, A. P. L. LGBT e mercado de trabalho: uma trajetória de preconceitos e discriminações. In: **Conferência Internacional de Estudos Queer**, 2018, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: abril, 2018.

MOURA, T. M. Racismo nas redes sociais: perpetuação do imaginário social de inferiorização do negro na sociedade brasileira. **Emblemas - Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais - UFG/CAC**, v. 12, n. 2, p. 42-51, jul. - dez. 2015.

NAVASCONI, Paulo Vitor Palma. **Vida, adoecimento e suicídio: racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros/as LGBTTIs**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, 1996.

OKITA, H. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

PATRICIO, C. A dor invisível: reflexões sobre o sofrimento do homem negro numa sociedade patriarcal e racista. **ANPOCS**, 2023.

PEREIRA, A. S. *et al.* **Metodologia da pesquisa científica** [recurso eletrônico]. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.

PEREIRA, L. A. G.; GALONI, L. L.; RIBAS, G. O impacto do racismo na saúde mental da infância preta no cenário brasileiro. **O social em questão**, vol. 26, núm. 56, p. 159-176, 2023.

PINHO, O. Qual é a identidade do homem negro? São Paulo: **Espaço Aberto - Democracia Viva**, n. 22, 2004.

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA. Brasília: MS; 2007. Brasil. Ministério da Saúde (MS).

PRADO, E. A. J.; SOUSA, M. F. Políticas públicas e a saúde da população LGBT: uma revisão integrativa. Brasília: **Tempus - Actas de saúde coletiva**, p. 69-80, 2017.

RIZZO, Lia. **Vidas invalidadas: saúde mental de negros e LGBTQIA+ é pauta prioritária**. VivaBem, UOL, 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/10/21/saude-mental-de-negros-e-lgbt-qa-e-pauta-prioritaria.htm>. Acesso em: 01 nov. 2024.

RUFFINO, F. **A crise invisível: saúde mental e morte de homens negros no Brasil**. Alma Preta Jornalismo, 9 jun. 2024. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/a-crise-invisivel-saude-mental-e-morte-de-homens-negros-no-brasil/#:~:text=A%20sa%C3%BAde%20mental%20dos%20homens,dos%20suic%C3%ADdios%20masculinos%20no%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 13 nov. 2024.

SILVA, B. S. A Interseccionalidade e a discriminação de raça e gênero no ensino superior: O caso da PUC-Rio. Rio de Janeiro: **Núcleo de Memória nos Seminários PIBIC**, 2016.

SILVA, R. L.; SOUZA, L. L. Temporalidades e racialização de jovens gays negros: entre memórias e imagens de futuro. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n. 39, 2023.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S. de; ALVES, L. H. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da Fucamp, 2021.

SOUSA, A. S. Masculinidade hegemônica: contingências relacionadas ao déficit de autocuidado à saúde em homens. **Revista Perspectivas**, v. 13, n. 2, p. 207-218, 2022.

SOUZA, M. N. M. de. Breves apontamentos acerca da marginalização e baixa qualidade de vida da população Lgbt: reflexões sobre intolerância em organizações e discriminação no mercado de trabalho. Pernambuco: **UNIFCV Empresarial**, v.10, 2018.

TAVARES, J. S. C.; FILHO, C. A. A. de J.; SANTANA, E. F. de. Por uma política de saúde mental da população negra no SUS. **Revista da ABPN**, v. 12, p. 138-151, 2020.

THÜRLER, D.; MEDRADO, B. Masculinidades contemporâneas em disputa. **Periódicos**, v. 1, n. 13, p. 01-08, mai.-ago. 2020.

VEIGA, L. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. Salvador: **Revista Tabuleiro de Letras**, 2018.